



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Não existe religião oficial do Estado. A Constituição delega as questões religiosas nos cantões, que regulamentam as atividades das comunidades religiosas. Os cantões disponibilizam o reconhecimento legal enquanto entidades públicas às comunidades religiosas que cumpram um conjunto de pré-requisitos, como por exemplo: o reconhecimento do direito à liberdade religiosa; o respeito pela Constituição cantonal e pelo Estado de direito; e a transparência financeira. Os cantões de Basileia, Zurique e Vaud também disponibilizam às comunidades religiosas a possibilidade de reconhecimento legal como entidades privadas, o que lhes dá o direito a ensinarem as suas religiões nas escolas públicas, bem como outros direitos que variam de cantão para cantão.

Todos os vinte e seis cantões, com exceção de Genebra, Neuchâtel, Ticino e Vaud, apoiam financeiramente pelo menos uma de quatro comunidades religiosas: Igreja Católica, Igreja Católica Antiga, Igreja Protestante ou Comunidade Judaica. O apoio é realizado com fundos recolhidos através do imposto eclesiástico obrigatório para os membros das igrejas registradas e, em alguns cantões, para as empresas. O imposto eclesiástico é voluntário nos cantões de Ticino, Neuchâtel e Genebra. Em todos os outros cantões, uma pessoa que escolha não pagar o imposto eclesiástico pode ter que abandonar a Igreja. O cantão de Vaud é o único cantão

que não recolhe o imposto eclesiástico. No entanto, as denominações protestante e católica são subsidiadas diretamente através do orçamento do cantão. A comunidade islâmica e outros grupos religiosos não reconhecidos não são atualmente elegíveis recebendo financiamento recolhido através do imposto eclesiástico, mas esta ideia está sendo discutida em alguns cantões.

Não há uma lei que obrigue os grupos religiosos a registrar-se. A concessão do estatuto de isenção fiscal a um grupo religioso varia de cantão para cantão. A maior parte dos cantões concede automaticamente o estatuto de isenção fiscal às comunidades religiosas que recebem apoio financeiro do cantão, enquanto todas as outras comunidades religiosas devem submeter em geral um pedido de isenção fiscal ao Governo do cantão.

Em novembro de 2009, um referendo aprovado com 57,5% do voto popular introduziu uma proibição de construção de novos minaretes, com exceção dos quatro minaretes já existentes que não foram afetados por esta proibição. Podem ser construídas novas mesquitas, mas estas não podem ter minarete.

Os grupos religiosos de origem estrangeira são livres de praticar proselitismo, mas os regulamentos definem padrões específicos que os missionários estrangeiros devem cumprir antes de entrarem no país. Os missionários estrangeiros devem obter um visto de trabalhador religioso para poderem trabalhar no país. Os requisitos para o visto incluem provar que o estrangeiro não vai retirar o trabalho de um cidadão suíço; que o missionário concluiu formalmente formação teológica; que vai ser apoiado financeiramente pela organização

que o acolhe; que está disponível para participar em cursos obrigatórios de integração; e que o número de trabalhadores religiosos da organização não é desproporcionado em relação à dimensão da comunidade, quando comparado com o número de trabalhadores religiosos das comunidades religiosas reconhecidas pelo cantão.

Para obter um visto de trabalho, o candidato deve ter conhecimento suficiente, respeito e entendimento dos costumes e da cultura suíça; deve falar pelo menos uma das três principais línguas nacionais; e deve ter formação acadêmica em teologia. Se um candidato não conseguir cumprir estes requisitos, o Governo pode recusar as autorizações de residência e trabalho.

A lei também permite que o Governo recuse as autorizações de residência e trabalho se a verificação de antecedentes revelar que a pessoa tem ligações com grupos religiosos considerados “radicalizados” ou se a pessoa se tiver envolvido em “pregação de ódio”. Por lei, as autoridades migratórias estão autorizadas a recusar as autorizações de residência a clérigos considerados “fundamentalistas” pelo Governo, caso as autoridades considerem que está em risco a segurança interna ou a ordem pública.

A maior parte das escolas públicas nos cantões disponibilizam educação religiosa, com exceção das escolas em Genebra e Neuchâtel. As escolas estatais disponibilizam habitualmente aulas de doutrina católica e/ou protestante, com variações de especificidade de cantão para cantão e por vezes de escola para escola. Os municípios de Ebikon e Kriens no cantão de Lucerna e o município de Kreuzlingen no cantão de Thurgau disponibilizam aulas de religião de doutrina islâmica. Em alguns cantões, as aulas de religião são opcionais, em outros fazem parte obrigatória do currículo ao nível da escola secundária. Contudo, são regularmente concedidas dispensas às crianças cujos pais o solicitem.

INCIDENTES

Questões muçulmanas

Véu islâmico

Os tribunais anularam os esforços de alguns cantões em aplicar proibições de uso do véu islâmico, mas os governos de outros cantões continuaram impondo essas proibições.

Em 5 de março de 2014, o tribunal distrital de Rheintal, no cantão de St. Gallen, absolveu os pais de uma jovem muçulmana de acusações apresentadas contra eles pelo Ministério Público, que acusou o casal de infringir a lei de educação cantonal depois da sua filha ter se recusado a ir para a escola sem um véu na cabeça, apesar da imposição de proibição do véu por parte da escola.

Em 29 de setembro de 2014, o cantão de Thurgau declarou que não havia base legal para proibir os véus islâmicos

nas escolas. A decisão seguiu-se para o tribunal federal em 2013 que afirmou que as escolas não têm poder para proibir o uso de véus islâmicos na ausência de uma base legal ou constitucional.

Piscinas

Em outubro de 2015, depois de vários anos de controvérsia, as autoridades locais de Basileia decidiram mudar as regras relacionadas com uma área destinada exclusivamente a mulheres nas piscinas públicas da cidade, frequentada por mulheres muçulmanas e pelos seus filhos (meninos até 6 anos de idade).^[1] Os burquínis mais folgados foram proibidos e apenas as mulheres acima dos 16 anos foram autorizadas a aceder à área, mas foi permitido nadar em topless. As tensões tinham surgido com queixas sobre banhistas que usavam biquínis ou que estavam em topless e contra o fato de haver banhistas homens na área reservada às mulheres. Os responsáveis afirmaram que as mudanças nada tinham a ver com religião.^[2]

Osmanoglu e Kocabas v. Suíça (n.º 29086/12)^[3]

Os candidatos afirmaram que a obrigação de enviarem as suas filhas para aulas de natação mistas, no âmbito da escolaridade obrigatória no cantão de Basileia, vai contra as suas convicções religiosas. Alegaram igualmente que a multa que lhes foi imposta por não cumprirem com essa obrigação não tinha base legal válida, não tinha um objetivo legítimo e era desproporcional.

O tribunal informou o Governo suíço da entrada do processo e colocou questões às partes no âmbito do artigo 9º (liberdade de pensamento, consciência e religião) da Convenção. Em 1 de julho de 2016, o caso ainda estava pendente.

Cumprimentar uma mulher com um aperto de mão

Em abril de 2016, dois estudantes muçulmanos do sexo masculino da escola secundária de Therwil, no cantão de Basileia, recusaram-se a dar um aperto de mão à sua professora por motivos religiosos. A escola tentou encontrar um consenso e decidiu que os dois alunos não deveriam cumprimentar nem homens nem mulheres com um aperto de mão.

O professor Juerg Lauener disse que a escola não tinha nenhuma razão para não ajustar a sua política, a não ser que as autoridades tomassem a decisão contrária à sua. Os responsáveis educativos locais disseram que a escola tinha tomado uma abordagem pragmática, mas concordaram que esta não era uma solução permanente, pois as regras devem ser as mesmas para todos os alunos. A ministra da justiça disse que

[1] “Lorsque la meilleure des communautés empoisonne les baigneuses bâloises”, Drechtz. info, 11 de Outubro de 2015 (<http://bit.ly/28TXqUy?>)

[2] “Anger as Basel pool bans ‘maxi burkinis’”, The Local, 29 de Abril de 2016 (<http://www.thelocal.ch/20160429/anger-as-basel-pool-bans-maxi-burkinis>)

[3] Ver julgamento em <http://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pageld=10#caseld=1011>

dar um aperto de mão faz parte da cultura suíça, acrescentando que a dispensa de o fazer para as crianças muçulmanas não era a sua ideia de integração.

Não há nenhuma referência no Corão que justifique a recusa em dar um aperto de mão a uma professora, disse a Federação Suíça das Organizações Islâmicas. Contudo, o Pequeno Conselho Central Islâmico da Suíça disse que um aperto de mão entre um homem e uma mulher era proibido.

De acordo com especialistas legais, a motivação religiosa referida pelos estudantes não prevalece sobre o interesse público, tal como a igualdade entre homens e mulheres ou a integração social.^[4]

Controvérsias sobre o Museu da Cultura Islâmica em La Chaux-de-Fonds, cantão de Neuchâtel

O museu islâmico, que pretende apresentar exposições, debates, workshops e outras actividades, foi alvo de uma moção por parte do Partido Popular Suíço intitulada “Hoje museu, amanhã escola corânica?”. O partido também questionou a origem dos fundos do museu.

A maior parte dos cerca de 4 milhões de francos suíços (3,5 milhões de Euros) necessários para o museu, que funciona numa antiga fábrica de relógios, veio de mulheres muçulmanas na Suíça francesa, mas os fundos também vieram de fundações com sede no Kuwait e no Catar.

Depois de Jean-Charles Legrix, um vereador do Partido Popular Suíço, ter colocado comentários antimuçulmanos nas redes sociais, foi aprovada pelo Governo municipal uma resolução relacionada entre partidos: “Não ao incitamento ao ódio por um vereador”, proposta pelo Partido Social Democrata de esquerda.

Tentativas de alto nível de bloquear a abertura do Centro Suíço do Islamismo e da Sociedade em Friburgo

Há vários anos, a proposta de criar um Centro Suíço do Islamismo e da Sociedade na Universidade de Friburgo gerou um debate político controverso. Os esforços do partido conservador de direita, Partido Popular Suíço, para forçar o voto sobre o Centro falharam, depois desta votação ter sido considerada inconstitucional pelo Parlamento do cantão. O Partido Popular Suíço recorreu da decisão para o tribunal federal.

O Centro, que faz parte da faculdade de teologia da Universidade de Friburgo, destina-se a promover o diálogo entre grupos sociais e a contribuir para o debate em torno do Islã. O Centro vai focar-se na investigação e nas questões interreligiosas. O Centro foi inaugurado oficialmente e aberto ao público em 13 de junho de 2016.

Questões judaicas

De acordo com a Associação Israelita Suíça, mais de sessenta incidentes antissemitas foram documentados na parte alemã do país em 2014, por comparação com vinte e um incidentes antissemitas em 2013. A maior parte dos incidentes consistiram em ataques verbais e escritos. Um relatório separado publicado pela Coordenação Intercomunitária contra o Antissemitismo e a Difamação, com sede em Genebra, registrou 151 incidentes antissemitas nas partes francesa e italiana do país em 2014 (o último ano para o qual há dados disponíveis na altura em que escrevemos), o que representa um aumento de 57% quando comparado com 2012.

Em maio de 2016, a Escola de Arte de Saxon (EPAC) excluiu um dos seus alunos antes do seu exame final por publicar desenhos antissemitas no Facebook. Foi aberto um processo criminal. Esta medida foi recomendada pela Diretora da Comissão Federal contra o Racismo, Patrizia Abderhalden, que comentou o incidente da seguinte forma: “mesmo que os desenhos tenham sido feitos fora da escola, eles ultrapassam os padrões penais suíços”.

Questões católicas

A Igreja Católica é muito ativa (ao nível paroquial e também ao nível nacional e cantonal) na promoção da liberdade religiosa e do diálogo com outras confissões e religiões (incluindo o Islamismo). São regularmente organizadas conferências e encontros de trabalho por paróquias e dioceses, frequentemente com a participação de imãs e académicos muçulmanos. Desde 2001, a Conferência Episcopal Suíça tem uma comissão para o diálogo com o Islamismo. Em 2016, a comissão enviou uma delegação à Turquia para se encontrar com vários representantes muçulmanos. O objetivo da visita foi ouvir em primeira mão os diferentes desafios e mudanças que estão ocorrendo na Turquia e compreender as consequências que podem ter para a comunidade cristã no país. A comissão pública regularmente distribui brochuras sobre o Islamismo para os que trabalham em paróquias ou dão aulas de religião nas escolas. Estas brochuras pretendem promover a liberdade religiosa e o entendimento e respeito por outras religiões.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Tem havido um aumento dos sentimentos antimuçulmanos e das afirmações antissemitas. Embora os representantes muçulmanos refirmem que a discriminação social contra a sua comunidade é um reflexo de uma intolerância mais abrangente para com os estrangeiros, muitos muçulmanos sentem que sofrem grande discriminação. A liberdade religiosa é um direito que é respeitado e protegido na Suíça, mas é confrontado com diferentes desafios provenientes das expectativas de algumas comunidades muçulmanas.

[4] Ver <http://www.bbc.com/news/world-europe-35967349>

Estão sendo tomadas iniciativas privadas para promover a harmonia interreligiosa. Uma recém-inaugurada “Casa das Religiões” em Berna, com fundos privados, disponibiliza salas de oração para cinco comunidades religiosas, incluindo uma igreja cristã, um dergah alevita, um templo hindu, um centro budista e uma mesquita muçulmana. Também vai haver espaço de oração disponível para os judeus, os Bahá’ís e os Sikhs.